



MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Adalclever Lopes
1º-Vice-Presidente: Deputado Hely Tarquínio
2º-Vice-Presidente: Deputado Lafayette de Andrada
3º-Vice-Presidente: Deputado Braulio Braz
1º-Secretário: Deputado Ulysses Gomes
2º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr.
3º-Secretário: Deputado Doutor Wilson Batista

SUMÁRIO

1 – ATAS

- 1.1 – Reunião Ordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 18ª Legislatura
- 1.2 – 12ª Reunião Extraordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 18ª Legislatura
- 1.3 – 13ª Reunião Extraordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 18ª Legislatura
- 1.4 – Reuniões de Comissões

2 – EDITAL DE DESCONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

3 – CORRESPONDÊNCIA DESPACHADA PELO 1º-SECRETÁRIO

4 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA



ATAS

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA EM 23/6/2016

Presidência do Deputado Ulysses Gomes

Sumário: Comparecimento – Falta de quórum.

Comparecimento

– Comparecem os deputados e as deputadas:

Hely Tarquínio – Ulysses Gomes – André Quintão – Antônio Jorge – Arlen Santiago – Bosco – Celinho do Sinttrocel – Dirceu Ribeiro – Doutor Jean Freire – Elismar Prado – Emidinho Madeira – Fabiano Tolentino – Geisa Teixeira – Inácio Franco – Ione Pinheiro – João Vítor Xavier – Marília Campos – Mário Henrique Caixa – Missionário Marcio Santiago – Noraldino Júnior – Vanderlei Miranda – Wander Borges.

Falta de Quórum

O presidente (deputado Ulysses Gomes) – Às 14h2min, a lista de comparecimento não registra a existência de número regimental. A presidência deixa de abrir a reunião por falta de quórum e convoca as deputadas e os deputados para a especial de logo mais, às 20 horas, nos termos do edital de convocação.

ATA DA 12ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 21/6/2016

Presidência dos Deputados Adalclever Lopes e Hely Tarquínio

Sumário: Comparecimento – Abertura – 1ª Parte: Ata; discursos dos deputados Gustavo Corrêa e Rogério Correia; aprovação – 2ª Parte (Ordem do Dia): 2ª Fase: Questões de Ordem – Suspensão e Reabertura da Reunião – Discussão e Votação de Proposições: Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 3.503/2016; designação de relator; requerimento do deputado Gustavo Corrêa; deferimento; Questão de Ordem; leitura do parecer; Questões de Ordem; leitura de parecer; Questões de Ordem – Suspensão e Reabertura da Reunião – Questão de Ordem; Acordo de Líderes; Decisão da Presidência; discursos dos deputados Durval Ângelo e Gustavo Corrêa; Questão de Ordem – Encerramento.

Comparecimento

– Comparecem os deputados e as deputadas:

Adalclever Lopes – Hely Tarquínio – Lafayette de Andrada – Braulio Braz – Ulysses Gomes – Alencar da Silveira Jr. – Doutor Wilson Batista – André Quintão – Anselmo José Domingos – Antônio Jorge – Arlen Santiago – Arlete Magalhães – Bosco – Cabo Júlio – Carlos Pimenta – Cássio Soares – Celinho do Sinttrocel – Cristiano Silveira – Dalmo Ribeiro Silva – Deiró Marra – Dirceu Ribeiro – Douglas Melo – Doutor Jean Freire – Duarte Bechir – Durval Ângelo – Fábio Avelar Oliveira – Fábio Cherem – Felipe Attiê – Fred Costa – Geisa Teixeira – Geraldo Pimenta – Gilberto Abramo – Glaycon Franco – Gustavo Corrêa – Gustavo Valadares – Inácio Franco – Ione Pinheiro – Isauro Calais – Ivair Nogueira – Leonídio Bouças – Luiz Humberto Carneiro – Marília Campos – Paulo Guedes – Roberto Andrade – Rogério Correia – Rosângela Reis – Tadeu Martins Leite – Thiago Cota – Tiago Ulisses – Tony Carlos – Vanderlei Miranda – Wander Borges.

Abertura

O presidente (deputado Adalclever Lopes) – Às 9h14min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o 2º-secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

Ata

– O deputado Doutor Wilson Batista, 3º-secretário, nas funções de 2º-secretário, procede à leitura da ata da reunião anterior.

O presidente – Em discussão, a ata. Com a palavra, para discutir, o deputado Gustavo Corrêa.

O deputado Gustavo Corrêa – Presidente, eu ouvi atentamente a leitura da ata, e o deputado Doutor Wilson fez referência a um evento ocorrido neste Plenário, na última semana. Causou estranheza a este parlamentar – e tenho certeza de que a todos os telespectadores da TV Assembleia –, meu caro presidente, porque a finalidade do seminário foi totalmente desvirtuada e se tornou um grande palanque eleitoral, quando foram feitas inúmeras críticas ao PMDB de V. Exa., ao atual presidente Michel Temer e, sobretudo, aos parlamentares que hoje compõem o ministério do presidente Michel Temer. Sr. Presidente, eu peço atenção a V. Exa. Solicito que V. Exa. oriente a Mesa para que não aconteça novamente o que ocorreu aqui na última semana, quando foram colocadas inúmeras faixas e cartazes dentro do Plenário com os dizeres: “Fora, golpistas”, “Fora, Temer”, “Ditadura” e outras coisas mais. O seminário que a Assembleia se dispôs a fazer era sobre um assunto totalmente diferente desse, e volto a dizer: o Plenário se tornou um local partidário, de críticas ao partido de V. Exa., o PMDB, e, mais que isso, de inúmeras ofensas tanto a parlamentares atuais desta Casa quanto a outros. Gostaríamos, Sr. Presidente, de solicitar, encarecidamente, que a Mesa não permita que, nos próximos seminários, venha a ocorrer isso aqui, que não tenhamos de assistir a cenas que tivemos a oportunidade de ver na última semana, o que, tenho certeza, não é bom, de forma alguma, para o Parlamento mineiro. Queria apenas deixar registrada essa minha questão e solicitar a V. Exa., encarecidamente, que a Mesa e também a Secretaria-Geral da Casa façam uma triagem melhor dos seminários que vão ocorrer. Para as convenções partidárias, o Plenário está sempre aberto para que cada um possa externar seu ponto de vista, mas não podemos admitir que determinado segmento se utilize de um seminário e desvirtue o objetivo principal de um evento para fazer campanha eleitoral. Não podemos, Sr. presidente, permitir isso. Não é por que este parlamentar hoje é oposição ao partido da ex-presidente Dilma que vou aceitar isso, como se, ao contrário, isso também ocorresse do nosso lado. Queria apenas deixar registrada essa minha queixa, presidente.

O presidente – Só respondendo a V. Exa., o que foi acertado no Colégio de Líderes é que as faixas poderão permanecer no evento que estiver dentro do Plenário. Acabou-se o evento, retiram-se todas as faixas. Aquele espaço será para o próximo evento. Na próxima reunião de líderes, que é hoje, se o Colégio de Líderes assim entender, tomaremos providências diferentes.



O deputado Gustavo Corrêa – Então, indago a V. Exa.: quando qualquer parlamentar subir àquela tribuna pode colocar a faixa que for, com os dizeres que for, para fazer o seu pronunciamento? Porque foi isso que vimos. Quero só entender isso de V. Exa., porque os oradores do seminário, Sr. Presidente, colocaram faixas onde a TV focava e fizeram críticas – volto a dizer – ao partido de V. Exa. Quero deixar claro que esse seminário não foi para tratar de educação, como era o objetivo; virou um grande palanque eleitoral de críticas ao presidente Michel Temer, ao partido de V. Exa. e a diversos parlamentares que hoje são ministros.

O presidente – A presidência vai tomar as providências e solicitar as imagens. Volto a dizer que, quando o evento trata de matéria que ocupa o Plenário, todos os parlamentares e seus participantes podem colocar aqui as suas faixas. Logo após o término, as faixas devem ser retiradas para o próximo evento. Vamos apurar, e a Mesa dará resposta a V. Exa.

O presidente – Com a palavra, para discutir, o deputado Rogério Correia.

O deputado Rogério Correia – Sr. presidente, é apenas para dar um informe a V. Exa. de quem esteve presente durante quase todo o tempo do seminário presidido pelo deputado Paulo Lamac. O que vi não foi isso que o deputado acabou de relatar. Pelo contrário, tivemos um grande seminário sobre educação, como tivemos um grande seminário sobre cultura, presidido pelo deputado Bosco. Em todos os dois existem projetos de lei do governador do Estado que têm passagem obrigatória pela Assembleia Legislativa: Plano Decenal da Cultura, que vai organizar a cultura por 10 anos, e Plano Decenal da Educação. Não se pode fazer cultura e educação sem debate democrático. V. Exa., inclusive, permitiu que, para que houvesse um debate público em todo o Estado, fossem realizadas reuniões pelo interior. No caso da educação, se não me engano, foram 12 seminários realizados no interior, em cada região do Estado, e foi colhida uma série de sugestões. Essas sugestões vieram à plenária final, por meio deste projeto de lei. É claro que, durante o fórum, algumas questões são centralizadoras do debate, mas o projeto é amplo, tratou de 9 ou 10 temas, se não me engano, e de cada capítulo que a lei se propõe a fazer, desde questões de melhorias educacionais para os trabalhadores até aquelas do ponto de vista pedagógico. Se V. Exa. e o deputado Gustavo Corrêa tiverem a paciência de ler o projeto de lei e todo o conteúdo da proposição de todos os grupos de trabalho, verão que é muito rico em sugestões apresentadas ao sistema educacional em Minas Gerais. É claro que a educação, em Minas, tem melhorado muito. Isso, às vezes, chateia o DEM, o PSDB, que, no passado, no governo de Aécio e Anastasia, maltrataram muito a educação. E o governo do PT, com o PMDB e aliados, têm tido um trato muito diferente, inclusive respeitando as opiniões. Foi assim que conseguimos estabelecer a lei salarial do piso; é assim que estamos resolvendo os problemas relativos à Lei nº 100 e a desorganização do Estado; é assim que estamos terminando com o choque de gestão autoritário e burocrático, substituindo-o por uma gestão democrática. Tivemos eleição de diretores. Repito: o governo do PT, do PMDB e de todos os partidos aliados que compõem a Maioria aqui, na Casa, incomoda o PSDB e o DEM, que fizeram uma gestão burocrática. Do ponto de vista nacional, presidente, ouvi muitas críticas ao ministro da Educação, que, aliás, não é do PMDB. Se fôssemos analisar a questão nacional, parece-me que o PSDB agora está dominando o governo. Então o PMDB que fique de olho no PSDB, pois o que ele quer fazer é a cizânia, a discordância. Mas já disse e vou repetir: temos uma relação histórica com o PMDB nesta Casa; formamos, juntos, o Bloco Minas sem Censura, de que foram líderes Sávio Souza Cruz, Vanderlei Miranda e eu também. Temos uma unidade em Minas, e não adianta fofoca do DEM, fofoca do PSDB para nos jogar um contra o outro. Vamos nos manter unidos. Temos um programa e, na educação – repito –, um programa excelente, que dará muitos frutos para a educação, o que tem incomodado a oposição e os partidos antecessores. Presidente, quero dizer-lhe que o que aconteceu no fórum de educação não foi o que aqui foi dito. Foi um fórum democrático, com posições conflitantes, que, depois, terão de ser votadas pelos deputados. E veremos que essas posições conflitantes, algumas serão maioria, outras, não, entre os deputados. Cito, por exemplo, a polêmica sobre a questão de gêneros, que vai nos dividir aqui, com certeza, e dividiu também o seminário. E há várias outras questões que dizem respeito à prática educacional. Mas, presidente, já dizia Paulo Freire que não se faz educação com burocracia, não se faz educação com autoritarismo. A educação é essencialmente democrática, porque mestres têm de aprender com educandos e educandos também têm de aprender com professores. A educação não é um ato autoritário; pressupõe um ato eminentemente democrático, e isso foi o fórum. Obrigado.



O presidente – Esgotado o prazo destinado a esta parte e não havendo retificação a ser feita na ata, dou-a por aprovada.

2ª Parte (Ordem do Dia)

2ª Fase

O presidente – Nos termos do edital de convocação, a presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, em sua 2ª Fase, com a discussão e votação da matéria constante na pauta, uma vez que não há matéria a ser apreciada na 1ª Fase.

Questões de Ordem

O deputado Wander Borges – Sr. Presidente, apenas para colaborar com os deputados que nos antecederam – quero sim colaborar com o deputado Gustavo, mas não entrarei no mérito da discussão apresentado pelo deputado Rogério Correia, de conteúdo, seja no plano educacional, seja no plano da cultura, de que participei ativamente. Em algumas questões, é livre o exercício, cada um tem seu livre arbítrio para fazer do jeito e na hora que quiser. Porém não é justo, em alguns momentos da discussão, trazer aqui “Fora, Temer” e “Dilma nunca mais”. A discussão não é essa; temos de focar nos nossos objetivos. Essas outras querelas, vamos deixá-las para outro plano de discussão. Obrigado, presidente.

O deputado Gustavo Corrêa – Presidente, V. Exa. conhece muito bem a forma pela qual procuro pautar o meu trabalho legislativo. Não faço colocações nem suposições e muito menos procuro caluniar ou difamar qualquer parlamentar aqui. Tive e tenho sempre preocupação e, mais do que isso, responsabilidade nas minhas falas. E o que nós vimos aqui na última semana não foi o afirmado pelo parlamentar que me antecedeu, ao contrário. Este Plenário foi utilizado para a campanha política contra o partido de V. Exa. Quem se utilizou da tribuna no maior tempo possível – e grande parte dos parlamentares presentes neste momento conviveram com isso aqui nos últimos anos – foi determinada dirigente sindical, que se preocupou sempre em fazer críticas às gestões passadas; pessoa que se utilizava de palavras algumas vezes desrespeitosas, coisa que nunca fizemos aqui como oposição. V. Exa. conhece muito bem o meu trabalho. Jamais fui aos órgãos de imprensa para tentar jogar confete em algo que sabemos que não é realidade, querer vender mentira para se tornar realidade. Não vou adentrar o mérito dessa questão, mas gostaria de contar com a colaboração de todos. Sr. Carlos Navarro, V. Exa. é o secretário-geral da Mesa, e eu queria que V. Exa. estivesse ao lado do presidente, porque vou apresentar, presidente, questão de ordem. Espero que V. Exa. a acolha e suspendamos os trabalhos nesta manhã ou encerremos a reunião para discutir depois, em função do que aqui será apresentado, ponderações que podem ferir todo o processo legislativo; e a oposição pretende não ter de ir aos órgãos judiciais. Passo a fazer a leitura e peço a atenção de V. Exa. e de todos da Mesa:

“O deputado que esta subscreve apresenta questão de ordem, nos termos dos arts. 165 a 167 do Regimento, para que seja esclarecido o alcance do disposto nos §§ 1º e 2º do art. 272 daquela norma procedimental. Solicita-se que a resposta seja apresentada com urgência e anteriormente à leitura em Plenário do parecer sobre o Projeto de Lei nº 3.503/2016, que é o primeiro da pauta da manhã de hoje, com o intuito de se evitar irreparável ofensa às normas regimentais e até mesmo, como já dito por este parlamentar, a eventual judicialização da questão.

A necessidade desta questão de ordem e deste esclarecimento, presidente, acerca do dispositivo regimental e a urgência solicitada para a resposta são justificadas pelos fatos que passarei a expor a seguir.

O governo do Estado, com o intuito de promover uma reforma administrativa, encaminhou a esta Casa, no dia 3/5/2016, um conjunto de projetos de lei ordinária, um projeto de lei complementar e uma proposta de emenda à Constituição. Naquela ocasião, no exercício da faculdade que lhe é atribuída pela Constituição do Estado e pelo Regimento desta Casa, o chefe do Poder Executivo solicitou que fosse atribuído o regime de urgência à tramitação do Projeto de Lei nº 3.503/2016, que dispõe sobre a estrutura orgânica da administração do Poder Executivo. Em 12/5/2016, deputado Lafayette de Andrada, por meio da Mensagem nº 150/2016, o governador do Estado solicitou que fosse atribuído o regime de urgência à tramitação do Projeto de Lei nº 3.510/2016, que extingue a Fundação Ruralminas e dá outras providências. Posteriormente, em 23/5/2016, por meio da Mensagem nº 152, solicitou também que fosse atribuído o mesmo regime de urgência à tramitação do Projeto nº 3.509/2016,



que extingue o Departamento de Obras Públicas do Estado de Minas Gerais e dá outras providências, sendo essa solicitação acolhida por meio do instrumento previsto no § 2º do art. 272 do Regimento Interno.

Com isso, quero aqui deixar bem grifado, Sr. Carlos Navarro, atingiu-se o limite formalmente previsto do Regimento Interno para que os pedidos de urgência em projetos do governador, por ele requeridos, tramitem concomitantemente. Trata-se de uma limitação que se encontra expressamente determinada no § 1º do art. 272 do Regimento Interno e tem como objetivo assegurar que não haja excessiva interferência do governador do Estado na elaboração da agenda legislativa desta Casa. Esse dispositivo regimental, que não é encontrado com frequência em outras casas legislativas do País, contribui para que o comando previsto no art. 62, inciso XXXIII, da Constituição Mineira – “zelar pela preservação da sua competência legislativa” – não se torne letra morta e que em Minas Gerais não se tenha aquilo que Argelina Figueiredo e Fernando Limongi afirmam: prevalecer na relação entre os Poderes da República.

Segundo esses dois autores, que são dois dos mais renomados cientistas políticos da atualidade, “o Executivo constitui um papel principal, como legislador, por mecanismos constitucionais que ampliam os poderes legislativos do presidente, a extensão da exclusividade de iniciativa, o poder de editar medidas provisórias por força de lei e a faculdade de solicitar urgência para seus projetos e também por definir a agenda legislativa, colocando-a em posição estratégica para a aprovação de seus projetos”. Entretanto, em cumprimento à decisão da presidência desta Casa, por meio de V. Exa., publicada no dia 13/5/2016, foram anexados ao Projeto de Lei nº 3.503 três outras proposições: Projeto de Lei nº 3.517, que “extingue cargos vagos das carreiras do Poder Executivo que menciona”; Projeto de Lei nº 3.518, que “disciplina o pacto pelo cidadão do Poder Executivo e dá outras providências”; e Projeto de Lei nº 3.519, “que dispõe sobre a atualização da legislação dos fundos estaduais que menciona”. Com a anexação e nos termos do Substitutivo nº 1, apresentados pelo relator na Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 3.503, essa proposição passou a incorporar matéria constante das outras três proposições. Na prática, passou a abrigar matéria de quatro projetos de lei distintos, presidente.

Se mantida essa incorporação ao substitutivo, que deve ser apresentado no Plenário, ao Projeto de Lei nº 3.503, e se o substitutivo for aprovado, é de se presumir, dado os antecedentes existentes na Casa, que os PLs nºs 3.517, 3.518 e 3.519 sejam arquivados por perda de objeto, nos termos do inciso IV do art. 180 do Regimento Interno, extinguindo-se a tramitação daquelas proposições, ou que, alternativamente, venham a ser retiradas pelo seu autor. Caso ocorra qualquer uma das hipóteses, haverá a comprovação real do argumento que fundamenta esta minha questão de ordem: com a anexação das proposições e suas incorporações ao texto que tramita em regime de urgência, ocorre, na prática, uma inquestionável violação do preceito regimental previsto no § 2º do art. 272 do Regimento Interno e a consequente extrapolação dos limites ali previstos.

Há, portanto, hoje, meus caros colegas, de fato, seis proposições tramitando em regime de urgência. Além da ofensa ao limite regimental previsto, essa condição excepcional de tramitação foi obtida sem que tenha sido solicitada pelo governador do Estado, em ofensa ao que dispõe o art. 69 da Constituição do Estado ou que prevê o inciso II do art. 272 do Regimento desta Casa. É certo que compete exclusivamente ao Poder Legislativo o exame das suas normas internas e a interpretação dos preceitos regimentais. Essa tem sido a posição da jurisprudência consolidada nos tribunais superiores do nosso país. Entretanto, também é certo que a interpretação interna encontra seus limites no texto constitucional. O Supremo Tribunal Federal, em diversos julgados recentes, admitiu a revisão de atos internos do Legislativo nos casos em que há uma afronta ao dispositivo constitucional. E é essa, também, a situação que ora se questiona: houve, com a anexação dos Projetos de Lei nºs 3.517 a 3.519 ao Projeto de Lei nº 3.503, todos de 2016, a atribuição, na prática, de regime de urgência à tramitação de matéria constante de três proposições de autoria do governador do Estado, sem que tenha sido exercida por aquela autoridade a faculdade que lhe é conferida no art. 69 da Constituição do Estado e sem que tenha sido aprovado, nos termos do inciso II do art. 272 e do inciso XIX do art. 233 do Regimento Interno, requerimento nesse sentido.

Assim, pelos motivos expostos – e espero contar com a fineza de V. Exa. –, requero a urgente resposta a essa questão de ordem, nos termos formulados, nos prazos solicitados, por escrito, e o adiamento da prática de qualquer ato processual relativo ao Projeto de Lei nº 3.503/2016, até que sejam devidamente esclarecidos quais são os limites previstos para a



tramitação de matérias – e não apenas de proposições, no sentido formal – em regime de urgência, nos termos do art. 272 do Regimento Interno. Solicita-se, também, que seja esclarecido por essa presidência se a anexação entre projetos de autoria do governador do Estado, quando um deles tramita em regime de urgência, sem que haja mensagem de seu autor ou requerimento aprovado, é condizente com o exercício da faculdade que é atribuída ao chefe do Poder Executivo no art. 69 da Constituição do Estado ou se constitui, na interpretação da Casa, uma violação a esse preceito constitucional”.

Presidente, já concluindo, V. Exa., como já foi dito anteriormente, sabe do respeito que tenho por essa presidência e, mais do que isso, pelo papel da situação, do governo e da oposição, mas as questões levantadas por este parlamentar são sérias e graves, como já afirmado. Determinados atos que vierem a ser praticados, no decorrer da discussão do Projeto de Lei nº 3.503/2016, podem comprometer toda a sua tramitação; portanto, chamo a atenção de V. Exa. para o fato de que, neste momento – e sou um pouco mais jovem do que V. Exa. –, a prudência recomenda, quem sabe, a suspensão dos trabalhos para que a Mesa lhe dê subsídios legais para sua resposta, que gostaria que fosse formalizada por escrito, para não incorrerem no risco de, amanhã, todos os atos praticados sofrerem questionamentos judiciais. Então, o meu pleito e a questão de ordem formulada a V. Exa., como líder da oposição, em nome do bloco da oposição, são no sentido de que a Mesa tenha tranquilidade e serenidade, pois entendemos que mais um dia não vai atrasar a tramitação do projeto, de forma alguma, e não queremos ter problemas futuros. Esse é o pleito que faço a V. Exa.

O presidente – A presidência esclarece ao líder Gustavo Corrêa que, na próxima reunião, V. Exa. terá por escrito a resposta da Mesa à questão de ordem, como ocorre com todas as questões de ordem já feitas na Casa. Na Casa, tramitam, neste momento, somente dois projetos com urgência: os de nºs 3.503 e 3.510/2016. O projeto citado por V. Exa., o de nº 3.509/2016, não foi lido, está aguardando a decisão da presidência acolhendo acordo de líderes, que, por sua vez, possibilita que esse terceiro projeto, que é do governador do Estado, tramite em regime de urgência.

O deputado Gustavo Corrêa – Presidente, mas V. Exa. citou um projeto que não está na minha questão de ordem. Volto a dizer que citei outros projetos de lei que foram publicados.

O presidente – Os outros estão apensados e não estão tramitando.

O deputado Gustavo Corrêa – Presidente, acabei de fazer a leitura de outros tantos projetos. V. Exa. me respondeu que dois projetos tramitam em regime de urgência. Quais os dois? Vamos por etapas.

O presidente – Projetos de Lei nºs 3.503 e 3.510/2016. Oportunamente, na primeira reunião da tarde, eu responderei a V. Exa. por escrito.

O deputado Gustavo Corrêa – Mas eu volto a dizer, presidente, que a prudência recomenda suspendermos a reunião, porque esses atos poderão ser questionados no futuro. Isso é o que não pretendemos. O desespero do governo é tanto que não pode esperar uma ou duas reuniões? Faço essa sugestão a V. Exa. porque amanhã eu não gostaria de ter que praticar esses atos.

Suspensão da Reunião

O presidente – A presidência vai suspender a reunião por 10 minutos para entendimentos entre as lideranças sobre a apreciação das matérias constantes na pauta. Estão suspensos os nossos trabalhos.

Reabertura da Reunião

O presidente – Estão reabertos os nossos trabalhos.

Discussão e Votação de Proposições

O presidente – Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 3.503/2016, do governador do Estado, que dispõe sobre a estrutura orgânica da administração pública do Poder Executivo do Estado. Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer. A presidência, nos termos do § 2º do art. 145 do Regimento Interno, designa como relator da matéria o deputado Durval Ângelo. Com a palavra, o deputado Durval Ângelo, para emitir seu parecer.



O deputado Gustavo Corrêa – Presidente, eu gostaria de solicitar que o relator fizesse a leitura, na íntegra, de todo o parecer – pelo visto, o parecer já é longo, pelo que se encontra nas mãos do nosso relator –, sem retirar uma vírgula sequer, inclusive citando os anexos que devem constar nele.

O presidente – É regimental. Com a palavra, o relator, deputado Durval Ângelo, que fará a leitura do parecer, conforme solicitação do líder.

Questão de Ordem

O deputado Durval Ângelo – Sr. Presidente, estou com o relatório pronto. Preparei o parecer conforme o Regimento permite, com um relatório com o parecer e a íntegra em anexo. Pergunto: é para cumprir o Regimento ou a questão de ordem levantada pelo líder da oposição, Sr. Presidente? É para cumprir o Regimento, que determina que tem de ser lido o relatório, ou o pedido da questão de ordem? Porque eu fiz de acordo com o que estabelece o Regimento e faria a leitura do relatório.

O presidente – Neste caso, como foi feito o pedido, V. Exa. terá de lê-lo na íntegra.

O deputado Durval Ângelo – Perfeitamente. (– Lê parte do parecer, publicado na edição de 22/6/2016.)

Questões de Ordem

O deputado Antônio Jorge – Pela ordem, presidente.

O presidente (deputado Hely Tarquínio) – A palavra está com o deputado Durval Ângelo, para a leitura do parecer.

O deputado Durval Ângelo – Pois não.

O presidente – Com a palavra, pela ordem, o deputado Antônio Jorge.

O deputado Antônio Jorge – Eu queria fazer uma sugestão ao relator num aspecto absolutamente construtivo. São dois os reparos que eu gostaria de fazer, pela dinâmica da nossa reunião. O primeiro seria para que V. Exa. ou a técnica pudesse corrigir a questão do áudio, porque ninguém está ouvindo absolutamente nada. A segunda questão seria a suspensão da reunião por 5 minutos para... (– É interrompido.)

O deputado Durval Ângelo – Só existe o relatório no final da leitura, deputado. Não é distribuição de avulsos em comissão.

O deputado Antônio Jorge – V. Exa. está correto no aspecto conceitual, mas não deixa de ser contributivo, e está na alçada de V. Exa. distribuir o seu relatório.

O deputado Durval Ângelo – Não. Ele só existe no final da leitura. Eu já disse isso a vários deputados. E não vai ser votado hoje. Eu estou aqui há 22 anos, e é a primeira vez que um relatório de um projeto dessa envergadura é lido na íntegra. Então, eu acho que nós estamos inovando.

O deputado Antônio Jorge – Nós não podemos acompanhar a leitura. É só para contribuir.

O deputado Durval Ângelo – (– Lê parte do parecer, publicado na edição de 22/6/2016.)

Questões de Ordem

O deputado Gustavo Corrêa – Pela ordem, Sr. Presidente.

O presidente – A palavra está com o orador.

O deputado Durval Ângelo – Perfeitamente, mas com concordância da nobre presidência...

O presidente – Com a palavra, pela ordem, o deputado Gustavo Corrêa.

O deputado Gustavo Corrêa – Fui o autor do pedido para que o relator fizesse a leitura na íntegra do seu parecer. Queria aqui propor a ele, se assim concordar, pois estamos verificando que não temos quórum aqui. Eu me daria por satisfeito se encerrássemos a reunião agora e V. Exa. fizesse uma espécie de distribuição de cópias do parecer. Para mim, já valeria como se fosse a leitura do parecer.



O deputado Durval Ângelo – Eu poderia ler a síntese, conforme dito antes.

O deputado Gustavo Corrêa – V. Exa. já leu no início, já está no anexo. Eu me daria por satisfeito com a distribuição de cópias. Eu, que fui o autor do pedido, estou exatamente retirando, Sr. Presidente. Estou me dando por satisfeito, sem problema algum.

O deputado Durval Ângelo – Sr. Presidente, na realidade o Regimento estabelece duas formas; então, pode-se optar pela síntese da fundamentação – inclusive, na síntese, cito os deputados cujas matérias apresentadas aproveitei. Foi feito esse esforço, há um projeto do deputado Gustavo Valadares, da oposição, que nós também aproveitamos. Mas, a partir do momento em que há o pedido, uma questão de ordem para o parecer ser lido na íntegra, é preciso lê-lo na íntegra, isso é obrigatório. Agora, se o próprio solicitante retira a questão de ordem – e não há nenhum deputado presente –, eu faço a distribuição dos avulsos, não há problema algum. Por quê? Porque, na introdução, eu li o que é fundamental: a síntese e a conclusão, em que digo o objetivo final e a proposta final, mostrando que o relatório está aqui na íntegra. Então, aprovando esse substitutivo... Quando digo, como fazemos em comissão, concluindo: “Diante do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.503/2016 na forma do substitutivo a seguir apresentado”... Vou distribuir o substitutivo agora. Vou entregá-lo a todos, considerando-o como lido.

O presidente – A partir desse entendimento, concordamos – e gostaria de atenção –, e que conste, em ata, a sua solicitação, se V. Exa. estiver de acordo.

O deputado Durval Ângelo – Temos a figura até do acordo de lideranças para outras coisas não regimentais. Isso que seria regimental, se for o caso, o Carlinhos, secretário-geral, até formula um acordo de lideranças já dando como lido, não vejo problema algum. Acho que esta é a Casa do diálogo, do entendimento.

O presidente – Perfeitamente. Conforme sugerido pelo deputado Durval Ângelo, podemos dispensar a leitura do substitutivo apresentado no parecer, por meio de acordo de líderes, nos termos do § 4º do art. 173 do Regimento Interno.

O deputado Gustavo Corrêa – Sem problema algum, presidente. Volto a dizer: acho que é pelo bom funcionamento do nosso trabalho. Se o relator está se dispondo a entregar àqueles que tiverem interesse – o relator assim se dispôs a fazer –, então eu me darei por satisfeito quanto à solicitação feita anteriormente.

Suspensão da Reunião

O presidente – A presidência vai suspender a reunião por 2 minutos para entendimentos entre as lideranças sobre a apreciação da matéria constante na pauta. Estão suspensos os nossos trabalhos.

Reabertura da Reunião

O presidente – Estão reabertos os nossos trabalhos.

Questão de Ordem

O deputado Durval Ângelo – A consultoria da Casa levanta uma questão dizendo que não é avulso. O avulso é distribuído na reunião, e ponto final. Evidentemente, logo em seguida, tendo esse acordo, o relator não se oporá a isso de jeito nenhum. Na realidade, não vamos votar isso antes de quatro reuniões. Então, eu distribuo agora para todos, e só vamos votar daqui a quatro reuniões, isso é claro. Não vai haver problema nenhum, não há prejuízo ao bom andamento do processo legislativo. Já estou encaminhando todo o projeto para os *e-mails* dos gabinetes. Acho isso até mais sensato que uma leitura malfeita, em que se pode pular alguma parte. Nos *e-mails* dos gabinetes já consta o texto oficial, e o estamos encaminhando agora.

– Vem à Mesa:

ACORDO DE LÍDERES

A totalidade dos líderes com assento nesta Casa acordam seja o relator dispensado de proceder à leitura integral do Substitutivo nº 1, apresentado no parecer, ao Projeto de Lei nº 3.503/2016, do governador do Estado, que dispõe sobre a estrutura orgânica da Administração Pública do Poder Executivo do Estado.

Sala das Reuniões, 21 de junho de 2016.

DECISÃO DA PRESIDÊNCIA

A presidência acolhe o acordo e determina seu cumprimento.

Mesa da Assembleia, 21 de junho de 2016.

Hely Tarquínio, 1º-vice-presidente, no exercício da presidência.

O presidente – Em discussão, o projeto. Com a palavra, para discutir, o deputado Durval Ângelo.

O deputado Durval Ângelo* – Srs. Deputados, Sras. Deputadas, só quero afirmar que são mais de oitenta páginas no parecer, sem contar os anexos, e ele já foi encaminhado aos *e-mails* de todos os gabinetes dos parlamentares. O texto é autoexplicativo e já registra com clareza a posição do relator da matéria. Obrigado.

O presidente – Com a palavra, para discutir, o deputado Gustavo Corrêa.

O deputado Gustavo Corrêa* – Bom dia a todos os senhores e senhoras. Presidente, como já foi arguido no início desta reunião, através de questão de ordem deste parlamentar, espero obter, Sr. Carlos Navarro, resposta formal da Mesa na reunião da parte da tarde. E, mais do que isso, em função – como bem dito pelo líder do Governo, deputado Durval Ângelo – de que seu parecer já se encontra em nosso gabinete, o que permitiu que se vislumbrasse, num primeiro momento, que grande parte das sugestões formuladas pela oposição acabaram sendo acolhidas no relatório, eu gostaria, presidente, verificando a inexistência de quórum para a continuidade dos trabalhos, que o senhor resguardasse os meus 28 minutos e 45 segundos, que ainda tenho para discutir, para a próxima reunião.

Questão de Ordem

O deputado Gustavo Corrêa – Solicito, de plano, o encerramento da reunião, resguardando, volto a dizer, o meu tempo.

O presidente – É regimental. O tempo do orador, deputado Gustavo Corrêa, de 28 minutos e 45 segundos, será respeitado da forma solicitada.

Encerramento

O presidente – A presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para a ordinária de logo mais, às 14 horas, com a ordem do dia já publicada, e para a extraordinária de hoje, às 18 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

* – Sem revisão do orador.

ATA DA 13ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 21/6/2016

Presidência do Deputado Hely Tarquínio

Sumário: Comparecimento – Abertura – 1ª Parte: Ata; discurso do deputado João Leite; aprovação – 2ª Parte (Ordem do Dia): 2ª Fase: Discussão e Votação de Proposições: Prosseguimento da discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 3.503/2016; discursos dos deputados Dalmo Ribeiro Silva e Gustavo Valadares; Questão de Ordem – Encerramento.

Comparecimento

– Comparecem os deputados e as deputadas:



Adalclever Lopes – Hely Tarquínio – Lafayette de Andrada – Braulio Braz – Ulysses Gomes – Alencar da Silveira Jr. – André Quintão – Anselmo José Domingos – Antônio Jorge – Arlen Santiago – Arlete Magalhães – Bosco – Carlos Pimenta – Cássio Soares – Celinho do Sinttrocel – Dalmo Ribeiro Silva – Deiró Marra – Dirceu Ribeiro – Doutor Jean Freire – Duarte Bechir – Durval Ângelo – Elismar Prado – Emidinho Madeira – Fabiano Tolentino – Fábio Avelar Oliveira – Felipe Attiê – Fred Costa – Geisa Teixeira – Geraldo Pimenta – Gilberto Abramo – Glaycon Franco – Gustavo Valadares – Ione Pinheiro – Isauro Calais – João Leite – João Magalhães – Luiz Humberto Carneiro – Marília Campos – Missionário Marcio Santiago – Nozinho – Paulo Guedes – Roberto Andrade – Rogério Correia – Rosângela Reis – Thiago Cota – Tiago Ulisses – Tony Carlos – Vanderlei Miranda – Wander Borges.

Abertura

O presidente (deputado Hely Tarquínio) – Às 18h2min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o 2º-secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

Ata

– O deputado Dirceu Ribeiro, 2º-secretário *ad hoc*, procede à leitura da ata da reunião anterior.

O presidente – Em discussão, a ata. Com a palavra, para discutir, o deputado João Leite.

O deputado João Leite – Acompanhei grande parte da leitura feita pelo nobre deputado Dirceu Ribeiro e, Sr. Presidente, novamente não consta na ata a resposta sobre o nosso pedido em relação à retirada do pedido de urgência. Sr. Presidente, permanecem os grandes defeitos neste projeto. O Projeto de Lei nº 3.503 traz, lamentavelmente, muitos problemas e falta, a nós e aos servidores que estão acompanhando, tempo para discutir, além de transparência. Falta conhecermos o que efetivamente o governo fará. Não é possível que esta Casa vote a criação de três secretarias sem saber para que elas servirão. Para quê? Qual o nome dessas secretarias? Qual a finalidade das secretarias que serão criadas? Estou há algum tempo na Assembleia Legislativa, e é a primeira vez que vejo criação de secretaria sem sabermos a sua finalidade. Depois de muita luta dos servidores públicos e de os empresários mineiros também cobrarem, Sr. Presidente, a Secretaria de Desenvolvimento Econômico será mantida, mas, na verdade, com uma fusão com a Pasta de Ciência e Tecnologia e com a extinção de vários cargos. Onde está a atração de empresas para o Estado de Minas Gerais? Sr. Presidente, não consta na ata lida pelo querido deputado Dirceu Ribeiro a retirada do regime de urgência. É o que queremos, Exa., para que possamos efetivamente aprofundar este debate. Onde estão as audiências para ouvirmos os servidores públicos? Onde estão as audiências para conhecermos, com a presença dos secretários na Assembleia Legislativa, qual é a finalidade efetiva dessa reforma que o governo está realizando? Para mim, o mais lamentável nessa reforma é um governo que veio com o *slogan* “Ouvir para governar” acabar com a Ouvidoria-Geral do Estado. No substitutivo, estão dizendo que não será encerrada a ouvidoria, mas acabarão com o cargo de ouvidor-geral, cargo eletivo que não pode ser extinto dessa maneira. Querido deputado Dalmo Ribeiro Silva, estamos vendo um rolo compressor. Alguns deputados estão até rindo da oposição, dizendo: “Estamos passando um rolo compressor sobre a oposição”. Não estão. Não estou me sentindo atropelado, não. Quem está sendo atropelado é o servidor público do Estado de Minas Gerais. Quem está sendo atropelada é a população de Minas Gerais, pois estão sendo retirados todos os seus direitos. Estão tirando, por exemplo, o direito de o servidor público ser ouvido. Ele não será ouvido. Estão tirando o direito de a população ser ouvida. Estão tirando o direito da população de Minas Gerais de saber quais secretarias são essas que serão criadas. Qual é a finalidade dessas secretarias? Esses cargos que estão sendo extintos e levados para a Secretaria de Planejamento farão parte das secretarias que serão criadas? Estamos vendo o órgão que construiu Minas Gerais ser massacrado. Os servidores estão sendo massacrados, e não é possível que não foi realizada nem uma audiência pública para discutirmos isso. O sucessor da Carpe, que construiu as escolas, está sendo atropelado pelo governo do PT. Ouvir para governar? Ouçam os servidores do Deop, que prestam serviço há tempos para o nosso Estado.



Eles nem foram ouvidos. Retire esse regime de urgência, governador Pimentel. Retire esse regime. Sr. presidente, esta é a discussão que faço da ata, que, lamentavelmente, não veio com a resposta que deve ser dada à oposição, é claro, e especialmente ao servidor público. Muitos deles já trabalharam durante o dia e estão aqui lutando. Eles estão lutando para serem ouvidos. A única coisa que querem é ser ouvidos, e o governo que veio para ouvir e para governar está surdo. Este é um governo surdo, que não ouve os servidores, não ouve a população de Minas Gerais e faz só o que está em sua cabeça. Eles não ouvem ninguém; eles não ouvem a oposição, e estamos aqui. Muito obrigado, Sr. Presidente, por me ouvir, mas queria insistir com o pedido da oposição: retire, governo, o pedido de urgência e ouça os servidores. Muito obrigado.

O presidente – A Mesa entendeu que a resposta da questão de ordem do deputado Gustavo Corrêa, líder da oposição, já foi lida neste Plenário, na reunião anterior.

O deputado João Leite – Presidente, o senhor me permite fazer uma pergunta? Então, foi negado o pedido de retirada de urgência, não é? O que questionei é que isso não consta na ata. Se isso aconteceu na reunião anterior, deveríamos ter a resposta na ata. A resposta é negativa. O governo não retirará o pedido de urgência, e só temos esta reunião e a de amanhã cedo para discutir. O governo convocou três reuniões, incluindo a de agora à noite, para atropelar mesmo. A resposta não está na ata, mas ela é negativa, Sr. Presidente? Permanecerá o regime de urgência?

O presidente – A sua posição já foi marcada através da leitura da resposta à questão de ordem levantada pelo deputado Gustavo Corrêa. Por uma questão de diálogo, para construir a ponte do entendimento, sempre deixamos o horizonte de uma possibilidade de entendimento com algumas modificações, certamente com o decorrer da evolução da discussão desse processo, que já está nessa fase.

O deputado João Leite – Excelência, o senhor sabe da nossa amizade. O senhor já foi meu líder nesta Casa. O senhor sabe que eu não controlo, como V. Exa., a filosofia e todo esse linguajar intelectual e acadêmico. Eu queria de V. Exa., que já me convidou certa vez para discutir a dialética das bancadas, apenas uma resposta: a Mesa ou o governo negou a retirada do regime de urgência? É isso, Sr. Presidente?

O presidente – É. O regime de urgência existe.

O deputado João Leite – É claro, Sr. Presidente.

O presidente – Mas hoje, como eu estou dirigindo os trabalhos, fico sempre buscando o entendimento.

O deputado João Leite – Mas, sem esse academicismo de V. Exa., está negado, não é? O governo quer passar o rolo compressor sobre o servidor público. É assim?

O presidente – A interpretação sempre tem opiniões divergentes, mas a gente busca o entendimento.

O deputado João Leite – Obrigado, Sr. Presidente.

O presidente – Pois não.

O deputado João Leite – Então, nós perdemos, não é? Vai continuar o regime de urgência, infelizmente.

O presidente – É. Na verdade, então, após a discussão, nós damos a ata por aprovada, e no momento não há retificação a ser feita.

2ª Parte (Ordem do Dia)

2ª Fase

O presidente – Nos termos do edital de convocação, a presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, em sua 2ª Fase, com a discussão e votação da matéria constante na pauta, uma vez que não há matéria a ser apreciada na 1ª Fase.

Discussão e Votação de Proposições

O presidente – Prosseguimento da discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 3.503/2016, do governador do Estado, que dispõe sobre a estrutura orgânica da Administração Pública do Poder Executivo do Estado. Esgotado o prazo



constitucional sem emissão de parecer. Designado relator em Plenário, o deputado Durval Ângelo opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. Com a palavra, para discutir, o deputado Dalmo Ribeiro Silva, que ainda dispõe de 25 minutos para o seu pronunciamento.

O deputado Dalmo Ribeiro Silva – Muito bem, caríssimo deputado Hely Tarquínio, caríssimos deputados e deputadas, servidores do Deop que estão nos acompanhando desde manhã – muito obrigado pela presença de vocês, pelo entusiasmo, que, com certeza, nos motiva muito defender a causa tão justa de vocês, como também a de outros servidores da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, da Ruralminas, da Imprensa Oficial, da ouvidoria, do Sindifisco, de todos aqueles que estão conosco participando desta reunião extraordinária.

É lamentável, com certeza, o governo não retirar o regime de urgência dessa matéria. Com toda a sinceridade, ao longo da nossa vida pública, no nosso quinto mandato, nunca pude assistir a um atropelo tão grande como esse, quando o Executivo propõe ao Parlamento mineiro uma reforma administrativa do seu governo, das suas secretarias, dos seus servidores. Quando encaminhou a proposta para cá nós, desde o primeiro momento, pudemos, em bloco, manifestar a nossa discordância por vários motivos elencados na própria reforma, que não nos convence.

Em primeiro lugar, cito o regime de economia dos cofres públicos. Até pelo contrário, estamos vendo o grande prejuízo que os servidores estão sofrendo ao longo da sua vida, da sua história, dentro da sua repartição, da sua secretaria. Estão sofrendo essa decisão tão amarga e cruel proposta por essa reforma administrativa. Quando falamos assim, falamos com absoluta convicção, com a mesma seriedade que tem o Deop, que já construiu tantas escolas, tantos prédios.

Sou testemunha da transparência do Deop, que hoje é um grande patrimônio do Estado de Minas Gerais e, com certeza, um grande catalisador do desenvolvimento do nosso estado.

Lamentavelmente nada justificou e não tem justificado essas considerações do governo. Esse atropelo, como diz o deputado João Leite, realmente nos enche de muitas indagações. Dá uma inquietude, uma intranquilidade para todos os nossos servidores valorosos, que estão, com certeza, aguardando o que será da votação desse projeto.

Hoje o deputado Gustavo Corrêa manifestou que o projeto estava muito pequeno, muito rápido em suas decisões. Aliás, tivemos somente uma comissão, mais nada. Praticamente todas, em regime de urgência, evitaram dar o seu parecer sobre a questão temática. E nem audiências públicas foram realizadas para trazer aqui os representantes do governo para manifestarem sua opinião, principalmente as razões por que o governo pretende fazer essa reforma. É de se notar essa preocupação, esse afogadilho do governo em trazer, no bojo da reforma, várias reformas, que estão apensadas não somente nesse projeto, como em outros que estão também por receber parecer e também vão perder prazo, como perdeu este. Nenhuma comissão se manifestou. Preferiu, aqui, o líder do governo, ler o seu parecer, que estamos debatendo desde a parte da manhã.

Esta é a única oportunidade que nos restou. Não tivemos nenhuma oportunidade. Vocês não tiveram nem um momento para indagar, para questionar e principalmente para fazer uma reflexão tão importante e necessária na vida do funcionalismo. Não podemos permitir ações como essa, que têm atrapalhado muito. Essa intranquilidade em que vocês estão começou desde que o projeto veio para cá. Temos recebido muitos *e-mails* de servidores que não sabem o que decidir, após, com certeza, a aprovação desse projeto, cuja discussão está praticamente no seu término. Estamos encerrando a discussão. Vejam bem, vocês, estamos encerrando a discussão hoje e amanhã, talvez para merecer a votação à tarde e à noite, de um projeto que, com certeza, trará muitos prejuízos para os nossos servidores.

Lamentamos muito. Já fizemos uma audiência importante e amanhã faremos outra. Amanhã vamos discutir a importância da Ruralminas para o Estado de Minas Gerais. Essa Ruralminas que tem um dos maiores projetos no Jaíba, que consegue, com certeza, garantir emprego e renda para toda a região do Jaíba, como em outras regiões também tão importantes. É uma empresa enxuta. Não haveria necessidade, em nenhum momento, de fazer proceder a sua extinção. Vocês



já pensaram o que é extinguir? É acabar, é liquidar. Esse projeto não trata de uma reforma política, de uma reforma administrativa, mas de uma liquidação administrativa. Está sendo liquidado, e de uma forma unilateral, sem ouvir os servidores.

Na Secretaria de Desenvolvimento Econômico também não sabemos o que vai acontecer. Vai haver uma junção, mas os servidores, com certeza, terão grandes prejuízos, conforme hoje pudemos ouvir de muitos, como a perda da função. Serão praticamente deslocados para outras secretarias.

E a Imprensa Oficial? Como falar da Imprensa Oficial, deputado Carlos Pimenta, com 125 anos de história em Minas Gerais? Ela teve a participação de Carlos Drummond de Andrade; foi iniciada em Ouro Preto, por Tiradentes, e teve a participação de todos os governadores de Minas. Hoje é considerada, com certeza, a melhor imprensa oficial do Brasil pela sua seriedade na tratativa, principalmente na condução de uma empresa superavitária, que também faz parte do projeto para ser extinta. O que quer o governador? O que deseja o governo?

O Parlamento é, acima de tudo, a casa da discussão, é onde precisamos fazer uma reflexão com o povo mineiro, mas, lamentavelmente, nós deputados estamos sendo atropelados. A nossa voz hoje fica embargada pela decisão unânime do governo em querer por querer, força por força, olho por olho, dente por dente. Mas não pode ser dessa forma. Temos de ter a ombridade, a dignidade, ter respeito pelos servidores, que, ao longo da sua existência, estão aguardando a aposentadoria e melhores dias de vida, e isso não ocorrerá.

Quero, mais uma vez, manifestar a nossa preocupação, o nosso descontentamento; vamos votar contrariamente a esse projeto, em respeito aos servidores de Minas. Quantos projetos nós já votamos com o governo? Quando entendemos que o projeto é importante, votamos com o governo. Ele tem visibilidade para o desenvolvimento do Estado na área da saúde, da educação. Nunca deixamos de acompanhar as ações proativas em favor do povo mineiro. Ninguém é contra o nosso Estado; somos contrários às discussões feitas ao arrepio da legislação, ao arrepio do direito consagrado do servidor, como a extinção da Ouvidoria Pública. Tivemos a garantia da Fundação João Pinheiro, mas, como disse muito bem o deputado João Leite, se não houvesse o regime de urgência, estaríamos aqui debatendo por mais tempo. Por que tão rápido assim? Quem ganhará com isso? Ninguém. O prejuízo será muito grande para os servidores de Minas.

Estamos vendo pelas ruas, estamos vendo nos gabinetes dos deputados a intranquilidade dos servidores. Vocês estão aqui desde a parte da manhã, aguardando-nos. Então quero, mais uma vez, manifestar essa insatisfação, esse descontentamento, muito embora pudesse analisar todo o conteúdo, porque nada, nada justifica o regime de urgência. Trata-se de um projeto que não ouviu a outra parte, portanto não estamos numa mesa-redonda. O governo tem de dar oportunidade aos servidores, aos deputados, para se fazer uma discussão clara, cristalina, correta a favor dos servidores, a favor do povo, a favor do desenvolvimento do Estado de Minas Gerais.

O deputado Carlos Pimenta (em aparte)* – Quero, em primeiro lugar, cumprimentá-lo pelo pronunciamento. V. Exa. encaminha a discussão de um projeto que é muito importante e o faz de uma maneira sóbria, tocando nos pontos importantes do projeto e abordando a inoportunidade de se fazer uma reforma num momento como este.

O governo Pimentel, se quer fazer uma reforma administrativa, tem, primeiro, de dizer o porquê dessa reforma. É para economizar? É para tornar mais eficiente a máquina administrativa? É para corrigir problemas na administração? E sabemos que ocorrem muitos problemas.

É para corrigir distorções que existem no meio dos nossos funcionários estaduais, quando alguma secretaria hoje tem as benesses do governo do Estado e funcionários de outras secretarias estão passando por dificuldades? Veja-se a greve que está acontecendo na área da segurança. Na área do ensino superior, a Unimontes e a Uemg, nossas duas universidades, estão em greve há mais de 50 dias. O ensino superior do Estado está paralisado há quase dois meses.

Então, primeiro não entendi o porquê dessa reforma administrativa. Para economia não é, porque estão criando secretarias, estão fundindo secretarias, e não estão extinguindo cargos vigentes, cargos ativos. Estão extinguindo alguns cargos que não estão sendo ocupados.



Com relação à Secretaria de Desenvolvimento Econômico, V. Exa. está coberto de razão. É uma secretaria que deveria hoje ser a supersecretaria do Estado de Minas Gerais, e não. Estamos precisando é de eficiência para captar investimentos para serem aplicados em Minas Gerais. Estamos perdendo a corrida para os outros estados. Essa guerra fiscal que existe, Minas está perdendo. As indústrias não estão sendo instaladas em Minas Gerais., como lá no Sul de Minas, que V. Exa. representa tão bem. Muitas dessas indústrias poderiam estar em nosso território, e elas estão indo, na fronteira, 10km São Paulo adentro, 10km Rio de Janeiro adentro, Também para Goiás, Bahia, porque sabem que aqui não há um ambiente favorável para que possam se instalar.

Quero só mais um minuto, para citar outro exemplo. Amanhã estarei também participando da discussão desse projeto. Se V. Exa. quiser participar comigo, será uma honra, um prazer muito grande. Mas citarei só mais um exemplo: em Minas, deputado Dalmo Ribeiro Silva, há a área mineira da Sudene, que compreende o Norte de Minas, parte do Vale do Jequitinhonha e também o Vale do Mucuri. É uma região que tem um tratamento diferenciado das outras. O governo federal, através do Finor, através de investimento do Banco do Nordeste, oferece condições especialíssimas para que as empresas possam se instalar no Norte de Minas, na área mineira da Sudene. Isso está acontecendo, deputado Dalmo Ribeiro Silva? Não. As empresas não estão vindo para cá porque não há nenhum apoio do governo do Estado e do governo federal para mostrar esses incentivos; para acolher de braços abertos, estender este tapete vermelho para a iniciativa privada, para os empresários, para que possam se utilizar também das isenções fiscais. O município oferece 10 anos sem pagar ICMS e várias outras vantagens. E elas não estão vindo para cá porque não há nenhum interesse, tanto do governo federal quanto do governo do Estado, em acolher esses investidores. Estamos vendo isso lá.

Estou fazendo um levantamento e mostrarei a V. Exas., amanhã, o quanto nosso estado perdeu nos últimos três anos. Não é só no governo Pimentel não. Mesmo nos governos passados eles não deram bola para os incentivos fiscais da área mineira da Sudene. E estamos perdendo dinheiro. Minas não utiliza o dinheiro, ele vai para a Bahia, para o Ceará, para Pernambuco. E são bilhões, deputado Dalmo Ribeiro Silva, que poderiam estar sendo aplicados no Norte de Minas, com indústrias em todos os setores. E estamos aí vendo a eficiência dos outros estados levando o dinheiro que poderia ser utilizado em Minas Gerais.

E qual é a nossa resposta? Qual é a resposta do governo de Minas? Extingo a Secretaria de Desenvolvimento Econômico. Vejam bem, a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, que poderia estar fazendo um trabalho magnífico, um trabalho fantástico, está sendo extinta, para que essas empresas tenham muito mais dificuldade em se instalar no nosso estado.

Minas é uma potencialidade, Dalmo, e ninguém está entendendo isso. Veja bem os números da indústria mineira nos últimos anos: caímos cerca de 30%. Os pátios da Fiat estão abarrotados de carros que não vendem. Você passa pelas ruas e vê a toda hora uma loja fechando a sua porta, como também nos *shoppings* que existem em várias regiões de Minas. É uma vergonha – já disse e repito – e é por isso que não vou votar esse projeto; afinal estou vendo o punhal sendo cravado nas costas da economia mineira com a extinção da Secretaria de Desenvolvimento Econômico.

Parabéns, deputado Dalmo. Voltarei com esse assunto amanhã. Aos funcionários que aqui estão: não desistam porque acho que podemos vencer, podemos sensibilizar o governo. É uma vergonha o que estão fazendo com o Deop aqui de Minas Gerais, uma empresa fantástica que construiu escolas bacanas, magníficas, reconhecidamente eficientes. No entanto, quando querem acabar com elas, falam: “Vamos fundir”. E fundem para depois, meu filho, dar um “*tchau* e bença” aos funcionários. Não podemos aceitar isso.

Amanhã este Plenário e essas galerias devem estar cheias. Litem, nos ajudem, porque estamos aqui falando até essa hora, mas eles já estão com a cabeça feita para a extinção do Deop.

Parabéns, Dalmo. Amanhã voltaremos na parte da manhã, à tarde, à noite e, se possível, vamos prorrogar um pouco mais, porque acho que temos a obrigação de hipotecar solidariedade ao povo mineiro e ao nosso Estado. Muito obrigado.



O deputado Dalmo Ribeiro Silva – Obrigado a V. Exa, deputado Carlos Pimenta. Somente para concluir exatamente o que V. Exa. manifesta: o governo quer, de toda maneira, fazer sucateamento de inúmeras secretarias, e esquece que o maior patrimônio que tem são vocês, servidores do Estado. Esquece, não enxerga, não vê, não escuta, não dialoga, não ouve e não respeita. A pior coisa de um agente político é não ouvir, não ter a dignidade, a humildade para ouvir as pessoas e, inclusive, de falar: “Eu errei, estou realmente com um encaminhamento aqui que precisa ter uma reflexão”. Esse governo não escuta ninguém.

Há tantos e tantos requerimentos sendo feitos aqui, e estou verificando que esse projeto nada recebeu, não ouviu ninguém, foi realmente em um piscar de olhos esse parecer. Mas estamos aqui, meus caríssimos amigos e amigas, meu líder Gustavo Valadares, com toda a sinceridade, combatendo um bom combate por respeito aos servidores; desde o primeiro momento em que esse projeto chegou à Casa, o nosso bloco se reuniu com muita tranquilidade e o analisou de ponta a ponta. É uma aberração jurídica o que se está fazendo; é uma aberração contra os servidores, o desenvolvimento, quando o Estado contesta dizendo, inclusive, que precisa única e exclusivamente reduzir a carga de servidores e os salários. Querem enxugamento da máquina, mas não é por aí que se faz. Nenhum prejuízo hoje o Estado está tendo da forma como se encontra. Pelo contrário, todos os servidores estão em seu trabalho, na sua função e, principalmente, no seu compromisso de desenvolvimento com o Estado de Minas Gerais.

Mais uma vez quero manifestar a nossa discordância com a forma como esse projeto veio e está aqui para receber essa discussão e votação. Consequentemente, não podemos deixar a nossa voz calada, embargada; devemos manifestar o total desrespeito e o nosso inconformismo com essa gestão que o governo faz, exclusivamente ao arrepio do servidor. E, Sr. Presidente, novamente quero manifestar a nossa satisfação de estar cumprindo o nosso dever. Já por tantas e tantas audiências públicas pudemos manifestar o nosso posicionamento contrário à posição do governo. Ontem, mesmo, fizemos uma audiência do Sindifisco – está aqui o presidente, a quem agradeço – e verificamos que está havendo sucateamento dos nossos auditores, aqueles que são geradores de renda e garantem o desenvolvimento do Estado. Pudemos ouvir tantos e tantos auditores que estiveram aqui ontem, aqueles que realmente garantem renda e emprego por meio do seu trabalho correto e honesto, principalmente no combate à sonegação. Como resposta do governo, nada. Um verdadeiro desrespeito àqueles que trabalham e combatem a sonegação em Minas Gerais, os quais também estão sendo prejudicados com a extinção de aproximadamente 600 cargos em um só projeto. Isso traz os mais sérios prejuízos.

Quero manifestar a nossa insatisfação e inconformismo de usar mais uma vez esta tribuna para mostrar ao povo mineiro que não concordamos. Não vamos votar favoravelmente a esse projeto, porque não é assim que se faz a dignidade do servidor e o desenvolvimento do Estado de Minas Gerais. São essas as nossas manifestações. Amanhã, também manifestaremos as razões pontuais por esse inconformismo pela maneira atrapalhada e afoita como esse projeto está aqui para ser votado. Obrigado.

O presidente – Com a palavra, para discutir, o deputado Gustavo Valadares.

O deputado Gustavo Valadares* – Presidente, primeiramente quero lhe agradecer pela oportunidade.

Questão de Ordem

O deputado Gustavo Valadares – Pelo adiantado da hora e pelo pouco ou quase nenhum quórum, gostaria de solicitar a V. Exa. que encerrasse, de plano, a reunião por ausência de quórum, e que preservasse o meu tempo para dar continuidade à discussão desse projeto na reunião extraordinária de amanhã, quarta-feira, às 9 horas. Já antecipando, obviamente, a minha total solidariedade aos servidores, em especial aqueles que aqui se encontram até agora. À Ângela, representante dos funcionários do Deop, e a todos eles, assim como aos auditores fiscais do Estado, enfim, a todos que estão conosco até agora na Assembleia, a solidariedade do nosso bloco de oposição. Daremos continuidade a essa discussão nos primeiros minutos da reunião extraordinária de amanhã. Por essa razão, peço o encerramento, de plano, da reunião, preservando o meu tempo para dar continuidade à discussão.

Encerramento

O presidente – A presidência, verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para as extraordinárias de amanhã, dia 22, às 9 e às 18 horas, nos termos do edital de convocação, e para a ordinária também de amanhã, às 14 horas, com a ordem do dia já anunciada. Levanta-se a reunião.

* – Sem revisão do orador.

ATA DA 16ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 16/6/2016

Às 9h45min, comparece na Câmara Municipal de Riachinho o deputado Sargento Rodrigues, membro da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Sargento Rodrigues, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e a subscreve. A presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, debater e buscar as providências necessárias ao enfrentamento da violência e criminalidade na região do Município de Riachinho e discutir a falta de efetivo policial e os deslocamentos longínquos para o encerramento de ocorrências em virtude do plantão regionalizado. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa os Srs. Valmir Gontijo Ferreira, prefeito de Riachinho; Saul Braga de Rezende, presidente da Câmara Municipal de Riachinho; Uadir Pedro Martins de Melo, prefeito de Natalândia; Geraldo Anchieta Rosário Oliveira, prefeito de Urucuia; Maj. PM Walter Carlaid Borges, do 28º Batalhão de Polícia Militar de Unaí, representando o comandante da 16ª Região da Polícia Militar de Unaí; Marcos Tadeu de Brito Brandão, chefe do Departamento de Polícia Civil de Unaí; Edvan Luiz Silva Nogueira, delegado de Polícia Civil de Unaí. O presidente, autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 20 de junho de 2016.

Sargento Rodrigues, presidente – João Leite.

ATA DA 4ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 20/6/2016

Às 11h11min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Fred Costa, Wander Borges e Dalmo Ribeiro Silva, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Fred Costa, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão e a debater, em audiência pública, a reforma administrativa do Poder Executivo, mais especificamente o Projeto de Lei nº 3.503/2016 e proposições anexas. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:



nº 6.394/2016, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que requer seja realizada audiência pública para debater denúncia de usuários da linha de ônibus Campinas (SP)-Itajubá relativa a restrição de embarques e desembarques em cidades;

nº 6.395/2016, do deputado Fred Costa, em que requer seja realizada audiência pública conjunta com a Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia para debater a insuficiência de repasses financeiros para o Instituto Santa Inês, no Bairro Barro Preto, em Belo Horizonte, e seu possível fechamento;

nº 6.396/2016, do deputado Fred Costa, em que requer seja realizada audiência pública para debater a defasagem do plano diretor de Ribeirão das Neves e o déficit habitacional desse município;

nº 6.397/2016, da deputada Marília Campos e dos deputados Fred Costa e Wander Borges, em que requerem seja realizada visita conjunta com a Comissão de Saúde, com a presença do ministro da Saúde e do secretário de Estado de Saúde, ao gabinete do Sr. Gilmar de Assis, coordenador do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Defesa da Saúde, para debater a situação do Hospital Metropolitano Dr. Célio de Castro, em Belo Horizonte;

nº 6.398/2016, do deputado Fred Costa, em que requer seja encaminhado à Prefeitura de Belo Horizonte pedido de informações sobre o processo seletivo realizado pelo Serviço Social Autônomo do Hospital Metropolitano Dr. Célio de Castro, incluindo o número de vagas disponibilizadas, de cargos homologados, de convocações e revogações realizadas; a previsão de homologação dos demais cargos, o quadro atual de funcionários, com identificação das especialidades médicas; a especificação detalhada dos contratos de registro de pagamento a autônomo firmados com terceiros e a situação dos repasses federal, estadual e municipal, com identificação das fontes de recursos;

nº 6.399/2016, do deputado Fred Costa, em que requer seja realizada visita ao prefeito de Belo Horizonte para debater questões relativas ao Hospital Metropolitano Dr. Célio de Castro (Hospital do Barreiro);

nº 6.400/2016, do deputado Fred Costa, em que requer seja realizada visita ao ministro da Saúde para debater o repasse de recursos financeiros ao Hospital Metropolitano Dr. Célio de Castro, em Belo Horizonte;

nº 6.401/2016, do deputado Fred Costa, em que requer seja realizada audiência pública conjunta com a Comissão de Saúde, com a presença do ministro da Saúde, para debater a situação do Hospital Metropolitano Dr. Célio de Castro, em Belo Horizonte;

nº 6.402/2016, da deputada Marília Campos e dos deputados Fred Costa e Wander Borges, em que requerem seja realizada visita conjunta com a Comissão de Saúde, com a presença do ministro da Saúde e do secretário de Estado de Saúde, ao Hospital Metropolitano Dr. Célio de Castro, em Belo Horizonte, para verificar a situação dessa instituição;

nº 6.403/2016, do deputado Fred Costa, em que requer seja encaminhado ao Ministério da Saúde e à Secretaria de Estado de Saúde pedido de providências com vistas à retomada do repasse de recursos para o Hospital Metropolitano Dr. Célio de Castro, em Belo Horizonte;



nº 6.404/2016, do deputado Fred Costa, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações sobre os recursos financeiros já repassados ao Hospital Metropolitano Dr. Célio de Castro, em Belo Horizonte;

nº 6.405/2016, do deputado Fred Costa, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde pedido de providências para que seja repassado ao Hospital Metropolitano Dr. Célio de Castro, em Belo Horizonte, o montante de recursos de responsabilidade dessa secretaria;

nº 6.407/2016, do deputado Fred Costa, em que requer seja realizada audiência pública para debater o descumprimento da legislação que dispõe sobre o uso, a construção e a ocupação do solo no Bairro Cidade Jardim Taquaril, em Belo Horizonte;

nº 6.408/2016, do deputado Fred Costa, em que requer seja realizada audiência pública para debater o Projeto de Lei nº 3.516/2016, que extingue a Companhia Mineira de Promoções – Prominas;

nº 6.409/2016, do deputado Fred Costa, em que requer seja realizada audiência pública para debater o Projeto de Lei nº 3.508/2016, que extingue a Fundação de Educação para o Trabalho de Minas Gerais – Utramig;

nº 6.410/2016, do deputado Fred Costa, em que requer seja realizada audiência pública para debater a arquitetura, o urbanismo e a legislação pertinente do Estado.

Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende a realização de audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa os Srs. Manoel Isidro dos Santos Neto, presidente da Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital; Lindolfo Fernandes de Castro, presidente do Sindicato dos Auditores Fiscais da Receita Estadual de Minas Gerais; Humberto Luchesi de Carvalho, advogado desse sindicato; Unadir Gonçalves Junior, presidente do Sindicato dos Servidores da Tributação, Fiscalização e Arrecadação do Estado de Minas Gerais, e Cláudio Vivas Dias, analista executivo da Secretaria de Estado de Defesa Social. A presidência, na condição de autora do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. A seguir, passa a palavra aos deputados Wander Borges e Dalmo Ribeiro Silva, também autores do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 21 de junho de 2016.

Wander Borges, presidente – Dalmo Ribeiro Silva – Geisa Teixeira.

**EDITAL DE DESCONVOCAÇÃO DE REUNIÃO****EDITAL DE DESCONVOCAÇÃO****Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos**

Nos termos regimentais, desconvoco os deputados Durval Ângelo, Carlos Pimenta, Duarte Bechir e Paulo Lamac, membros da supracitada comissão, para a reunião que seria realizada em 28/6/2016, às 9h30min, em Ibirité.

Sala das Comissões, 24 de junho de 2016.

Cristiano Silveira, presidente.

**CORRESPONDÊNCIA DESPACHADA PELO 1º-SECRETÁRIO****CORRESPONDÊNCIA**

– O 1º-secretário despachou, em 23/6/2016, a seguinte correspondência:

OFÍCIOS

Do Sr. Caio Barros Cordeiro, subsecretário de Assessoria Técnico-Legislativa da Secretaria de Casa Civil (18), prestando informações relativas aos Requerimentos n°s 3.721 e 3.722/2016, do deputado Anselmo José Domingos; 3.345 e 3.347/2015, do deputado Douglas Melo; 3.526/2015, do deputado Noraldino Júnior; 4.192, 4.193, 4.218 e 4.219/2016, da Comissão de Agropecuária; 3.832/2016, da Comissão de Desenvolvimento Econômico; 3.205, 3.214 e 3.230/2015, da Comissão de Participação Popular; 2.675, 2.678, 2.680, 3.612, 3.615, 3.616, 3.617 e 3.623/2015 e 3.931 e 3.932/2016, da Comissão de Saúde; 2.355/2015, das Comissões de Saúde e de Direitos Humanos; 3.845/2016, da Comissão de Segurança Pública; e 3.992, 3.994 e 4.082/2016, da Comissão de Transporte.

Dos Srs. Carlos Alberto Nogueira e Eduardo Sérgio Coelho, respectivamente diretores de Função Pública e Educacional do Sindpúblicos-MG, solicitando as alterações que mencionam no Projeto de Lei n° 3.503/2016. (– Anexe-se ao referido projeto de lei.)

Do Sr. Emílio César Parolini, presidente da Federaminas, manifestando o repúdio dessa federação à extinção da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, com a transferência de suas atribuições para outros órgãos, prevista no Projeto de Lei n° 3.503/2016. (– Anexe-se ao referido projeto de lei.)

Da Sra. Heidiane Soares Paranhos, secretária de gabinete da Defensoria Pública-Geral, prestando informações relativas ao Requerimento n° 4.774/2016, da Comissão de Segurança Pública.

Do Sr. Hugo e Silva, delegado de polícia, prestando informações relativas ao Requerimento de Comissão n° 4.903/2016, do deputado Fred Costa. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Da Sra. Laura Aparecida da Silva Santos, secretária substituta de Planejamento e Formulação de Políticas do Ministério da Justiça e Cidadania, informando a liberação dos recursos financeiros que menciona, relativos ao convênio n° 822621/2015, celebrado entre a União, por intermédio da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, e a Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social. (– À Comissão de Fiscalização Financeira, para os fins do art. 74 da Constituição do Estado, c/c o art. 100, inciso XVI, do Regimento Interno.)

Da Sra. Raquel de Andrade Lima Coelho, coordenadora-geral do Programa de Pesquisa em Saúde, do CNPq, informando a celebração de termo aditivo a convênio entre essa instituição e a Fapemig. (– À Comissão de Fiscalização Financeira, para os fins do art. 74 da Constituição do Estado, c/c o art. 100, inciso XVI, do Regimento Interno.)



Do Sr. Roberto Rezende, corregedor da Guarda Municipal de Belo Horizonte, prestando informações relativas ao Requerimento nº 2.825/2015, da Comissão de Direitos Humanos.

Do Sr. Vítor Valverde, secretário de Governo de Belo Horizonte, prestando informações relativas ao Requerimento Ordinário nº 2.213/2015, da Comissão de Participação Popular.

Do Sr. Vítor Valverde, secretário de Governo de Belo Horizonte, prestando informações relativas ao Requerimento de Comissão nº 5.757/2016, do deputado Sargento Rodrigues. (- Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Wagner Geraldo Ramalho Lima, defensor público-geral em exercício, encaminhando informações referentes ao Projeto de Lei Complementar nº 54/2016. (- Anexe-se ao referido projeto de lei complementar.)



MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 20/6/2016, o Presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou os seguintes atos relativos ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

tornando sem efeito o ato publicado no Diário do Legislativo, edição de 24/6/2016, que nomeou Honorato José Batista, padrão VL-13, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Pinduca Ferreira;

tornando sem efeito o ato publicado no Diário do Legislativo, edição de 23/6/2016, que nomeou Talma Ribeiro de Souza, padrão VL-25, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Pinduca Ferreira;

exonerando Laila Aparecida Fernandes, padrão VL-16, 6 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Compromisso com Minas Gerais;

nomeando Almira Arcangelo Pereira da Silva, padrão VL-25, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Pinduca Ferreira;

nomeando Clesio Robert Almeida Caldeira, padrão VL-22, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Paulo Guedes;

nomeando Elimárcia Freitas Veríssimo, padrão VL-35, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Bosco;

nomeando Renan Guilherme Barbosa Reis, padrão VL-16, 6 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Compromisso com Minas Gerais.

Nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, verificado o cumprimento das condições previstas nos incisos I, II e III do art. 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 5/7/2005, c/c art. 133 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado de Minas Gerais, observados os termos das Leis nºs 15.014, de 15/1/2004, 16.833, de 20/7/2007, 17.637, de 14/7/2008, 18.803, de 31/3/2010, 19.838, de 2/12/2011, 20.337, de 2/8/2012, 20.693, de 22/5/2013, 21.236, de 19/5/2014, 21.697, de 25/5/2015, e 22.086, de 2/5/2016, da Lei Complementar nº 64, de 25/3/2002, dos arts. 105 e 106 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado de Minas Gerais, das Resoluções nºs 5.086, de 31/8/1990, e 5.347, de 19/12/2011, e do Parecer nº 5.289, de 17/12/2012, da Procuradoria-Geral desta Secretaria, assinou os seguintes atos:

aposentando, a pedido, por tempo de contribuição, com proventos integrais, a partir de 4/5/2016, o servidor José Pereira da Rocha, CPF nº 217.240.326/15, ocupante do cargo de Agente de Execução das Atividades da Secretaria, padrão VL-34, classe II, do Quadro de Pessoal desta Secretaria.



aposentando, a pedido, por tempo de contribuição, com proventos integrais, a partir de 12/4/2016, o servidor José Reinaldo Alves e Silva Reis, CPF nº 249.024.036/68, ocupante do cargo de Agente de Execução das Atividades da Secretaria, padrão VL-37, classe III, do Quadro de Pessoal desta Secretaria.

Nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, verificado o cumprimento das condições previstas nos incisos I, II e III do art. 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 5/7/2005, c/c art. 133 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado de Minas Gerais, observados os termos das Leis nºs 15.014, de 15/1/2004, 16.833, de 20/7/2007, 17.637, de 14/7/2008, 18.803, de 31/3/2010, 19.838, de 2/12/2011, 20.337, de 2/8/2012, 20.693, de 22/5/2013, 21.236, de 19/5/2014, 21.697, de 25/5/2015, e 22.086, de 2/5/2016, da Lei Complementar nº 64, de 25/3/2002, e das Resoluções nºs 5.086, de 31/8/1990, e 5.347, de 19/12/2011, assinou o seguinte ato:

aposentando, a pedido, por tempo de contribuição, com proventos integrais, a partir de 14/6/2016, a servidora Vera Lúcia Cialdretti dos Santos, CPF nº 195.234.166/34, ocupante do cargo efetivo de Técnico de Apoio Legislativo, padrão VL-66, classe especial, do Quadro de Pessoal desta Secretaria.

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 41/2016

Número do Processo no Portal de Compras: 1011014 85/2016

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público que fará realizar em 8/7/2016, às 10 horas, pregão eletrônico do tipo menor preço, através da internet, tendo por finalidade a aquisição, com instalação, de mobiliário técnico ergonômico para *switcher* de TV e ilhas de edição não linear.

O edital se encontra à disposição dos interessados nos *sites* www.compras.mg.gov.br e www.almg.gov.br, bem como na Gerência de Compras, na Rua Martim de Carvalho, nº 94, 5º andar, Bairro Santo Agostinho, Belo Horizonte, onde poderá ser retirado, das 8h30min às 17h30min, mediante pagamento da importância de R\$0,10 por folha. Caso os interessados prefiram, poderão solicitar cópia eletrônica gratuita do edital, desde que portem mídia própria.

Belo Horizonte, 24 de junho de 2016.

Cristiano Felix dos Santos Silva, diretor-geral.